

# INSUSTENTÁVEL SUSTENTABILIDADE DO DESENVOLVIMENTO?

---

MEDEIROS, Monique

Mestranda em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) – Brasil.

E-mail: mmedeiros@ymail.com

ALMEIDA, Jalcione

Professor e pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) e em Sociologia (PPGS), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Pesquisador CNPq.

E-mail: jal@ufrgs.br

---

## RESUMO

Este artigo propõe discutir como está sendo apropriada, legitimada e instrumentalizada a noção de Desenvolvimento Sustentável no atual mundo "globalizado", bem como das críticas que esse construto vem sofrendo. Para tanto se utilizou de categorias de análise que foram construídas a partir de referências teóricas críticas. A hipótese de trabalho mostra que o Desenvolvimento Sustentável não foca os elementos principais da degradação do ambiente e que as opções dos países periféricos não estão revertendo o quadro de destruição da natureza. Para tratar o tema fez-se a revisão de literatura científica publicada sobre a questão ambiental, em geral, e sobre a sustentabilidade, em particular. A conclusão traz como pista que as verdadeiras ações sustentáveis dependerão essencialmente do nível e da qualidade da consciência pública, de sua percepção da realidade e dos problemas vividos e de sua capacidade de organização para impulsionar mudanças nesse sentido.

**PALAVRAS-CHAVE:** Desenvolvimento Sustentável; Sustentabilidade; Desenvolvimento e meio ambiente.

## ABSTRACT

This article discusses how the notion of sustainable development in today's globalized world is being appropriated, legitimized and exploited, as well as the criticism that this construct is suffering. We have used categories of analysis which were constructed from critical theoretical references. The work hypothesis shows that sustainable development does not focus on the main elements of environmental degradation and that the options of the peripheral countries are not reversing the picture of nature destruction. To address this issue a review of published scientific literature on the environmental issue in general and sustainability in particular has been done. The conclusion points to the clue that real sustainable actions depend critically on the level and quality of public consciousness, on their perception of reality and experienced problems, and on their organizational skills to promote changes in this direction.

**KEYWORDS:** Sustainable Development; Sustainability; Development and environment.

Este texto expõe o produto de uma "visitação" realizada à bibliografia científica publicada sobre a questão ambiental. Mais especificamente, sistematiza e problematiza o debate recente sobre a relação entre desenvolvimento e meio ambiente, se detendo sobre tópicos como: os fundamentos críticos ao modelo de desenvolvimento econômico dominante dos países desenvolvidos, e difundido para os países denominados "subdesenvolvidos"; a construção do conceito de desenvolvimento sustentável; as principais interpretações da crise socioambiental dentro do pensamento ambientalista mundial e as avaliações dos avanços, limites e dilemas dessa nova concepção de desenvolvimento.

O objetivo central consiste em resgatar a discussão crítica sobre a questão ambiental, em geral e a sustentabilidade, em particular, de forma a contribuir para a compreensão da crise que se interpõe na relação sociedade-natureza, revestida de complexidade e ameaças ao destino de ambas, em longo prazo, caso não se formulem respostas adequadas aos desafios colocados.

#### CRÍTICA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Como está sendo apropriada, legitimada e instrumentalizada a noção de Desenvolvimento Sustentável nos dias atuais? Tal indagação é o que propicia a construção de uma série de outros questionamentos que têm como centralidade esta noção, mais precisamente as críticas que acometem este polêmico tema. Inicia-se esta discussão com o retorno à origem da noção. Segundo Almeida (1999), no Relatório Brundtland, conhecido no Brasil pelo título *Nosso Futuro Comum*, publicado em 1987 como texto preparatório à Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente (Rio-92), a ideia de desenvolvimento sustentável aparece nos seguintes termos: é aquele *capaz de garantir as necessidades das gerações futuras*.

Ainda contando com grande alcance social, a noção de Desenvolvimento Sustentável evidencia um caráter polêmico e ambíguo, marcada por múltiplas e diversificadas interpretações e consensos apenas

pontuais. A literatura que avalia seu significado e impacto social destaca suas positivities, suas contradições e os dilemas dos obstáculos existentes à sua evolução e consolidação como real alternativa de desenvolvimento social.

Análises que acentuam suas qualidades positivas destacam um caráter de inovação, uma forma alternativa à filosofia de desenvolvimento econômico, que substitui e supera um paradigma limitado, esgotado e ineficaz. O Desenvolvimento Sustentável pretende incorporar também uma perspectiva multidimensional, que articula economia, ecologia e política em uma visão integrada, e supera abordagens unilaterais e explicações reducionistas presentes nas propostas anteriores de desenvolvimento. Percebe-se, além disso, como pontos positivos dessa noção: uma visão em longo prazo, em consonância com ciclos biofísicos e até mesmo com gerações futuras e envolvimento político do problema ecológico, o que substitui a visão meramente técnica, antes predominante.

Em contrapartida, a crítica à noção de sustentabilidade, veiculada pelo Relatório Brundtland, condena que, ao permanecer obscuro seu significado, permite múltiplas leituras, que podem oscilar desde um significado avançado de desenvolvimento, associado à justiça social, participação política e preservação ecológica, até uma leitura conservadora que o torna semelhante ao conceito de crescimento econômico, ao qual se acrescentou uma variável ecológica.

Cabe também explorar a contradição semântica do termo, já que a associação das noções de sustentabilidade e desenvolvimento encerra um antagonismo de difícil solução. O termo sustentabilidade advindo da ecologia carrega o significado de tendência à estabilidade, equilíbrio dinâmico e interdependência entre ecossistemas, enquanto desenvolvimento diz respeito ao crescimento dos meios de produção, à acumulação e expansão das forças produtivas.

Outra suscetibilidade à crítica é a tendência economicista do conceito, que supervaloriza a dimensão econômica do desenvolvimento em

detrimento de seus aspectos éticos, culturais, sociais e políticos, embora, em teoria, privilegie uma perspectiva multidimensional.

Outro questionamento se refere à possibilidade de sustentabilidade no contexto do capitalismo. Nesse questionamento, é aberta uma fresta para argumentações de que o "novo conceito" tem sido difundido sem que se coloque, explicitamente, sua significação no cenário do capitalismo, e que ou ele mostra sua possibilidade de realização, ou cai no vazio.

É possível observar com o passar dos anos, com a transformação da ciência e mesmo do cotidiano das pessoas, que a expressão Desenvolvimento Sustentável, devido à sua abertura a numerosas interpretações, foi cada vez mais utilizada por distintos atores sociais, em posições institucionais, ideológicas e econômicas também diferentes. Dentro dessas numerosas interpretações, é possível identificar uma que assegura que o Desenvolvimento Sustentável está fundamentado na construção de problemas sociais e ambientais e é, atualmente, visualizado e conseqüentemente transmitido, principalmente pela mídia, através de um ponto de vista catastrófico. Uma das representações dessa interpretação, em que se criticam as "lentes catastrofistas", pode ser encontrada em Lomborg (2002). O autor afirma que temos mais tempo de lazer, maior segurança e menos acidentes, mais educação, mais comodidades, rendas maiores, menos fome, mais alimentos e uma vida mais longa e saudável. Ele ainda averigua que nos países em desenvolvimento muita gente não atende às necessidades básicas e, para essas pessoas, crescimento e desenvolvimento não são uma experiência inconsequente de flores artificiais, comida de micro-ondas, álcool e drogas, mas uma chance de viver uma vida decente, com opções que transcendam a preocupação com a obtenção de comida suficiente.

Paralelamente, de acordo com Redclift (2002), as conexões entre o ambiente, a justiça social e a governabilidade têm se tornado crescentemente vagas em alguns discursos de sustentabilidade, e as relações estruturais entre o poder, a consciência e o meio ambiente têm sido, gradualmente, obscurecidas.

As lideranças dos países desenvolvidos são as que

mais se apropriam do "discurso sustentável", e exigem dos países menos desenvolvidos que cuidem do meio ambiente. Transmitem a imagem de que estão avançados no cuidado ambiental enquanto aumentam seus lucros com a exportação de produtos para despoluição, controle e monitoramento ambiental – e pode-se dizer que, em alguns casos, utilizam a questão ambiental como poderoso argumento propagandista na atividade de vendas comerciais.

Não revelaria o próprio conceito uma falsa ideologia, quando sugere uma corrida pelo desenvolvimento, em que os melhores chegaram primeiro e cabe aos demais seguirem os mesmos passos? Seriam capazes, o planeta e a ciência, de fornecer matérias-primas, gerar energia, absorver resíduos e encontrar soluções para os problemas do crescimento a qualquer custo?

#### **JUSTIÇA AMBIENTAL**

Este debate abre espaço para a denominada "Justiça Ambiental", que se refere à busca do tratamento justo e do envolvimento significativo de todas as pessoas, independentemente de sua etnia, origem ou renda no que diz respeito à elaboração, desenvolvimento, implementação e até mesmo reforço de políticas, leis e regulações ambientais. Por tratamento justo, entende-se que nenhum grupo de pessoas deva suportar uma parcela desproporcional das conseqüências ambientais negativas resultantes de operações "desenvolvimentistas", bem como das conseqüências oriundas da ausência ou omissão de políticas que atendam às necessidades comuns.

Segundo Acselrad (2004), as lutas por recursos ambientais são, simultaneamente, lutas por sentidos culturais, pois o meio ambiente é uma construção variável no tempo e no espaço, um recurso argumentativo a que atores sociais recorrem discursivamente através de estratégias de afirmação de certos projetos em contextos de desigualdade sociopolítica.

Assim, em meio a numerosas representações sociais e distintos interesses de grupos, se cria uma dificuldade na possibilidade de consenso em torno deste tema, o

desenvolvimento sustentável, o que se apresenta como obstáculo ao exercício da "Justiça Ambiental".

Ainda de acordo com Acselrad (2004), aquilo que as sociedades fazem com seu meio material não se resume em satisfazer carências e superar restrições materiais, mas consiste em projetar no mundo diferentes significados – construir paisagens, democratizar ou segregar espaços, padronizar ou diversificar territórios sociais, etc.

Pensar a sustentabilidade em uma sociedade diversa e desigual requer equacioná-la à diversidade cultural, assim como à democratização do acesso aos recursos naturais. Na atual sociedade, as considerações sobre a distribuição do ambiente reportam-se aos conflitos em torno de direitos territoriais e significados culturais que transpõem tentativas de valoração monetária da natureza, mesmo na forma de medidas mitigadoras ou compensatórias.

Assimetrias na apropriação da natureza pelos humanos resultam em uma distribuição ecológica desigual; conflitos surgem quando o sentido e a utilização de um espaço ambiental por um determinado grupo ocorrem em detrimento dos significados e dos usos que outros segmentos sociais possam fazer de seu território e, com isso, assegurar a reprodução do seu modo de vida.

Entendida como consenso e gestão dos recursos e dos sujeitos, a governança ambiental suprime as considerações sobre os conflitos que permeiam os processos sociais. Deve-se reconhecer projetos industriais homogeneizadores do espaço, tais como hidrelétricas, mineração, monocultivos em geral, entre outros, como geradores de injustiças ambientais, na medida em que, ao serem implementados, imputam riscos e danos às camadas mais vulneráveis da sociedade, as quais não só são verdadeiramente excluídas do chamado desenvolvimento, mas também assumem todo o ônus dele resultante. Entretanto, é importante fazer um parêntese, salientando que os excluídos não se constituem como vítimas passivas desse processo: eles vêm se organizando em variados movimentos, associações e redes e, por meio dessas organizações, criam e recriam alternativas que

garantem, mesmo com grande dificuldade, sua permanência nas localidades.

#### OS EXTREMISMOS DA SUSTENTABILIDADE

O fundamento racional do atual modelo de desenvolvimento, baseado na dualidade homem-sujeito/natureza-objeto, levou o ser humano a julgar-se acima da natureza, com o direito de dominá-la e explorá-la como se esta fosse inesgotável fonte de recursos. O novo paradigma ecológico aponta para uma visão integradora do mundo, que visa resgatar o ser humano como parte integrante da natureza, em uma relação de interdependência com todos os fenômenos que constituem a Terra. Faz-se importante ressaltar que tal pensamento é fundamental para a visualização do dilema que aparece nas relações entre dois importantes protagonistas: o Ser Humano e a Natureza.

Desse modo, serão destacadas aqui duas distintas maneiras de considerar-se a sustentabilidade: a antropocêntrica e a ecocêntrica. Através da primeira se entende que futuras gerações possuem tanto direito a viver fisicamente seguras e saudáveis como as pessoas das presentes gerações. Cada ser humano está sob uma obrigação de não permitir que o meio natural se deteriore a ponto de serem comprometidos a sobrevivência e o bem-estar dos futuros habitantes humanos na Terra. Também possui o dever de conservar os recursos naturais para que as futuras gerações possam usufruir dos benefícios derivados desses recursos. A responsabilidade presente de proteger espécies selvagens ameaçadas está ligada aos valores humanos individuais como espécie. Utiliza-se o argumento de que a variedade de espécies de plantas e animais é necessária para desenvolver novas maneiras de proteger os humanos de doenças, de aprender como controlar certos insetos (ou mesmo pragas), e produzir novas fontes de alimento por meio da engenharia genética. Os humanos também possuem uma obrigação de preservar a beleza da natureza selvagem para que as futuras gerações possam ter tanta oportunidade de experimentar e apreciá-la como no presente. Um sistema inteiro de padrões e regras governando a conduta no presente em relação ao

ambiente natural da Terra pode ser formado apenas a partir dos interesses e necessidades humanos.

Já para os representantes da segunda visão, a natureza é valorizada de forma direta, detentora de valor intrínseco, portanto, sem a preocupação de mediação de necessidades humanas. Nessa visão, os organismos não são simples objetos e instrumentos a serviço do homem, mas sim, também, sujeitos relevantes das relações naturais; defendem a igualdade de todas as espécies, dentro da comunidade biótica, e uma nova ética que substitua os valores antropocêntricos. Dispensam pouca atenção às questões sociais e políticas, sendo mais tendentes a uma visão na qual a natureza em si ocupa o papel de destaque.

Com isso, os movimentos ecológicos balizados por tal perspectiva, visando antagonizar a visão antropocêntrica da modernidade, buscam, de forma dialética, fundamentação distinta para a proteção da natureza, obtendo-a, por exemplo, na *Deep Ecology*, que enfatiza em seu primeiro e fundante princípio que o bem-estar e o desenvolvimento da vida humana e não humana na terra têm valor em si próprios (sinônimos: valor intrínseco, valor inerente). Este valor é independente da utilidade do mundo não humano aos propósitos humanos, de acordo com Arendt (2001).

No entanto, segundo Bourg (1997), ao adentrar no plano energético, os humanos, como todos os outros seres vivos, são forçados a retirar do ambiente energia de baixa entropia, com objetivo de preservar o seu equilíbrio interno, aumentando assim a entropia do meio através da dispensa de energia de alta entropia no mesmo. O autor defende em síntese que "a vida humana não é possível sem certa forma de degradação do meio ambiente" (BOURG, 1997:78).

Como não poderia deixar de ser, há enormes implicações em ambas as lentes que focam a noção de desenvolvimento sustentável. Em alguns casos, é gerada uma visão que acaba por não incluir as dimensões social e ambiental, priorizando unicamente a econômica.

O poder de domínio dos humanos sobre a natureza aumentou significativamente com o processo de industrialização. A ideia de progresso e de crescimento

econômico propagada pelos ideólogos neoliberais levou a humanidade a conviver com padrões insustentáveis de produção e consumo e a condições desiguais no acesso aos recursos naturais que viabilizam a atividade econômica, o que acaba por encarar o desenvolvimento sustentável como uma maneira de legitimar certos tipos de produção dentro do sistema capitalista.

Observa-se, através da visão antropocêntrica, que uma das maiores dificuldades em estabelecer-se a possível ou não sustentabilidade é de ordem econômica; sendo assim, a grande questão é a respeito da possibilidade de organizar uma produção econômica alternativa dentro da lógica do sistema capitalista. Já na perspectiva ecocêntrica, sendo a dimensão a adquirir destaque a ambiental, um grandioso impasse seria o risco da visualização da natureza como algo uno, sem possibilidade de distinção das naturezas múltiplas relacionadas às variadas formas que se apresentam aos seres humanos ("naturezas culturais").

Atualmente, apesar de muitos esforços na busca de uma maneira mais "propícia" da utilização do termo, a dicotomia ainda persiste na relação Humanos-Ambiente, o que claramente apresenta mais dificuldade para aproximação do tão aclamado "equilíbrio ambiental".

Considerando-se uma maior proximidade do ser humano à natureza não é possível desprezar que vivemos em uma era globalizada, em que relações de poder e de política, significativamente, desempenham um papel grandioso na mediação social.

Com o objetivo de trazer a discussão para a aplicabilidade prática, como afirma Redclift (2002), desde a Rio-92, esses novos discursos ambientais refletem as mudanças da globalização, na genética e nas comunicações, e demonstram, vivamente, a importância das novas desigualdades espaciais. Discursos referentes à "globalização", em sua grande maioria, têm modificado o sentido do termo sustentabilidade, abrindo espaço para indagações do tipo: tal termo é utilizado meramente a favor do aprofundamento das relações de poder do capital neoliberal?

### **SUSTENTABILIDADE, GLOBALIZAÇÃO E CRISE NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO ESPAÇO RURAL**

A globalização incidiu e incide na maioria dos aspectos da vida social, entre eles o cultural, o político, o econômico e o agrícola, este um dos mais importantes pilares sustentadores do Desenvolvimento Sustentável.

De acordo com Almeida (1999), no campo da agricultura a noção de desenvolvimento encontrou, no decorrer das décadas de 1950 e 1960, nos Estados Unidos e na Europa, um terreno de aplicação particularmente receptivo. Sob a ação conjugada do Estado, das indústrias agroalimentares e de uma camada de agricultores "empresariais", o setor agrícola inseriu-se cada vez mais no sistema econômico; leis foram impostas nesses países visando transformar a agricultura, setor ideologicamente considerado "arcaico", tradicional, em atraso, em um setor "moderno", participando do crescimento econômico nacional.

Desde então, noções como crescimento ou mesmo especialização são levadas ao "velho" e tradicional agricultor com objetivo de transformá-lo em um novo tipo de agricultor – "desenvolvido" –, capaz de inserir-se habilmente no mercado econômico do País.

Como evidencia Almeida (1999):

...sem querer simplificar o debate sobre este importante tema, a discussão sobre o Desenvolvimento Sustentável hoje está polarizada entre duas concepções principais: de um lado, o conceito/ideia como sendo gestado dentro da esfera da economia, sendo com essa referência que é pensado o social. Incorpora-se, deste modo, a natureza à cadeia de produção (a natureza passa a ser um bem de capital); de outro, uma ideia que tenta quebrar com a hegemonia do discurso econômico e a expansão desmesurada da esfera econômica, indo para além da visão instrumental, restrita, que a economia impõe à ideia/conceito (ALMEIDA, 1999:43).

Dessa maneira, é visível que tal desenvolvimento instaurado no meio rural, estruturado sobre as bases

da Revolução Verde de meados de 1960, constituiu-se de maneira insustentável. Não levando em consideração a finitude dos recursos naturais, bem como o resultado das injustiças sociais cometidas, o ideário do desenvolvimento rural entra em crise e abre espaço para um novo ideal, o Desenvolvimento Rural Sustentável.

### **ALTERNATIVAS PARA O FUTURO SUSTENTÁVEL: BASES DA AGROECOLOGIA**

A definição de Desenvolvimento Rural Sustentável baseia-se no descobrimento, sistematização, análise e fortalecimento dos elementos de resistência específica de cada identidade local ao processo modernizador do espaço agrário, fortalecendo as formas de ação social que possuam um potencial transformador. Portanto, não se trata de levar soluções prontas para a localidade, senão de se detectar as que ali existem, como por exemplo, experiências de manejo ecológico dos recursos naturais locais. Isso significa transferir o núcleo de poder baseado no conhecimento científico para o núcleo do conhecimento local, que geralmente responde diretamente às prioridades e capacidades das comunidades rurais em questão.

Essa forma de visualização de atuação abre espaço para uma discussão que tem por bases a Agroecologia. Trata-se de uma estratégia que não pode ser generalizada, pois conta com a participação ativa de cada contexto e aposta na heterogeneidade dos saberes. Reconhece-se que não há desenvolvimento rural se este não estiver baseado na agricultura como forma de articulação entre o sistema social local e a manutenção dos recursos naturais locais. Essa estratégia, portanto, possui um caráter agrário e de natureza agroecológica, e poderia ser definida como integral, endógena e sustentável. Uma estratégia alternativa às atividades agrícolas geradoras de impactos socioambientais e na implementação de programas de desenvolvimento rural em bases mais sustentáveis, que ofereçam alternativas aos modelos tecnológicos "modernos".

A integração de saberes, conhecimentos e experiências de distintos atores sociais poderão

constituir a Agroecologia em suporte à emergência de um novo paradigma de desenvolvimento rural. Essa alternativa pode consolidar-se mediante a ação de instituições governamentais e não-governamentais, movimentos sociais e de setores empresariais comprometidos com a sustentabilidade econômica, social e ecológica, articulados com a pesquisa agroecológica para ocupar os espaços e aumentá-los na direção da construção do Desenvolvimento Rural Sustentável.

#### À GUIA DE CONCLUSÕES

Alguns dos maiores desafios talvez se concentrem no processo de operacionalização da sustentabilidade, ou seja, na transformação das ideias e do discurso em ação. O ideal de uma sociedade sustentável, que integre e respeite as necessidades humanas e os limites da natureza, é não só desejável como também necessário, porém, persiste o desafio de como torná-lo real.

No processo de transição ideal-real encontram-se os verdadeiros obstáculos e aparecem as grandes discordâncias sobre como construir um desenvolvimento multidimensional, que integre justiça social, sustentabilidade ambiental, viabilidade econômica, democracia participativa, ética comportamental, solidariedade e conhecimento integrador.

Como pôr em prática o discurso da sustentabilidade? Certamente existirão várias maneiras de conceber tanto o desenvolvimento sustentável quanto o melhor caminho para realizá-lo. O que deve ficar claro é que não há "receita de bolo" a seguir. O respeito às individualidades – potencialidades e limitações – das localidades, nas esferas cultural, econômica, política e ambiental é que poderá servir de guia no caminho à sustentabilidade. O tipo de desenvolvimento que teremos dependerá das relações construídas entre os grupos sociais locais e o mercado, a sociedade civil e o estado e na dinâmica dos indivíduos e grupos sociais nesse processo.

O que se faz central no momento atual transpassa a academia e se encaminha à prática. Aceitando-se o fato de que estamos inseridos em um sistema capitalista, encontraremos maneiras de desenvolvermo-nos sem sermos insustentáveis?

Há mais perguntas do que respostas, e a preocupação se concentra em diversos aspectos, como a forma de adaptar produção ao ambiente. Como gerar trabalho e renda contemplando segurança alimentar? Como integrar agricultura a espaços rurais? Dar-se-á o crescimento via mercado ou modernização ecológica? Como minimizar os prejuízos? Como gerar novos processos produtivos adaptáveis ao real sentido do termo sustentabilidade?

Em meio a tantos questionamentos sem respostas, é importante salientar que a agricultura – mantidos os mesmos níveis de consumo de recursos naturais não-renováveis, o uso indiscriminado de agrotóxicos que contamina o ambiente por período de tempo indefinido, a redução brutal da biodiversidade natural e a exclusão social de um enorme contingente de famílias de agricultores –, não poderá ser assegurada por um período histórico maior ao de algumas poucas gerações. A chamada agricultura moderna ou convencional apresenta indicadores de insustentabilidade, gradualmente degradando bases de recursos naturais que, até o momento, sempre lhe forneceram sustentação.

Buscar outros rumos para a agricultura e, ainda, para as opções de desenvolvimento rural se torna, portanto, um imperativo socioambiental da maior relevância nos dias atuais. As bases da Agroecologia, chave de motivações e objetivos de muitos técnicos, pesquisadores e militantes, podem ser definidas como um processo gradativo de mudança nas formas de manejo do ambiente.

A mudança dos antigos padrões de desenvolvimento rural (alicerçados puramente em crescimento econômico) ou de sistemas de produção de baixa sustentabilidade para modelos de agricultura e convivência rural, que privilegiem e incorporem princípios, métodos e tecnologias de base ecológica, implica não somente a busca de maior racionalização produtiva com base nas especificidades de cada localidade, mas também uma mudança nas atitudes e valores dos atores sociais em relação ao manejo e conservação dos recursos. Esta mudança dependerá, inclusive, da habilidade dos movimentos sociais, em

seu sentido mais amplo, em atrair forças, em estabelecer alianças e de liderar um processo que torne o ideal da sustentabilidade uma alternativa real de desenvolvimento social.

Campo de estudos de caráter multidisciplinar, a Agroecologia integra e articula conhecimentos de distintas ciências, assim como saberes locais, permitindo justamente que se construam estratégias e condições para apoiar esse processo de transformação, tendo-se como referência os ideais da sustentabilidade em perspectiva de médio e longo prazos.

A Agroecologia pode então ser considerada uma opção tomada por uma sociedade, com base em um adequado processo de análise e compreensão dos riscos e limites hoje enfrentados pelas comunidades rurais, agricultores e consumidores em geral, ou seja, ela parece ser uma pequena pista ao caminho a ser trilhado rumo ao Desenvolvimento Rural Sustentável.

#### REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. As práticas espaciais e o

campo dos conflitos ambientais. In: \_\_\_\_\_ (org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004, p.13-35.

ALMEIDA, Jalcione. Da ideologia do progresso à ideia de desenvolvimento rural sustentável. In: ALMEIDA, Jalcione; NAVARRO, Zander. **Reconstruindo a agricultura: ideias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999, p. 33-55.

ARENDDT, Hanna. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

BOURG, Dominique. **Natureza e técnica: ensaio sobre a ideia de progresso**. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.

LOMBORG, Bjorn. **O ambientalista cético**, Rio de Janeiro, Campus, 2002, p. 393-422.

REDCLIFT, Michael R. Pós-sustentabilidade e os novos discursos de sustentabilidade. **Raízes**, Campina Grande, v. 21, n. 1, p. 124-136, 2002.

RECEBIDO EM 22/4/2010

ACEITO EM 26/7/2010